

**2025/00928056-7****JUCERJA**

Útimo arquivamento:

00007197798 - 12/09/2025

NIRE: 33.3.0027996-2

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

Orgão	Calculado	Pago
Junta	1000,00	1000,00
DNRC	0,00	0,00

Boleto(s):

Hash: DF694113-4042-40C2-976A-680642762EBB

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0027996-2

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XX	XX

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR AFFONSO D' ANZICOURT E SILVA , ANTONIO DE PADUA ALPINO E MARIO FERNANDO DA SILVA FERREIRA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00007215595	08.602.745/0001-32	Rua SAO CLEMENTE, 38,	Botafogo	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX



Gabriel Oliveira de Souza Voi

SECRETÁRIO GERAL

Deferido em 23/09/2025 e arquivado em 23/09/2025

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

41

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

NIRE: 333.0027996-2 Protocolo: 2025/00928056-7 Data do protocolo: 22/09/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2025 SOB O NÚMERO 00007215595 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41A4EC5B57A1728D3F730B0B961A495556F41344BBE4629FBDB7B24EBC08944F

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 01/41



**CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**

**CNPJ: 08.602.745/0001-32**

**NIRE: 33.3.0027996-2**

**ESCRITURA DECLARATÓRIA “TERMO DE RESOLUÇÃO” FIRMADA PELA ÚNICA  
ACIONISTA, CAPEMISA HOLDING S.A., EM 21 DE MARÇO DE 2025**

**1- DATA, HORA E LOCAL:**

No dia 21 de março de 2025, às 10 horas, na sede da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. (“Companhia”), situada na Rua São Clemente, nº 38, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2- QUÓRUM:**

Consignada a condição da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. de subsidiária integral da Capemisa Holding S.A., nos termos do artigo 251, §2º, da Lei 6.404/76, conforme apontamentos no Livro de Registro de Ações.

**3- ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE:**

**3.1.** – Aprovar a redução de capital social da Companhia em R\$ 65.296.338,33 (sessenta e cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos), sem alteração do número de ações de emissão da Companhia, com a restituição parcial de capital ao único acionista, conforme previsto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a existência de capital social manifestamente excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras referentes à data-base de 28/02/2025. Dessa forma, o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 270.796.933,42 (duzentos e setenta milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos) para R\$ 205.500.595,09 (duzentos e cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e noventa e cinco reais e nove centavos), representado por 638.362.669 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentas e sessenta e duas mil, seiscentas e sessenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**3.2.** – Alterar o caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, em decorrência da redução de capital social ora aprovada, **de: “Artigo 5º - O Capital da Companhia, totalmente**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A

NIRE: 333.0027996-2 Protocolo: 2025/00928056-7 Data do protocolo: 22/09/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2025 SOB O NÚMERO 00007215595 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41A4EC5B57A1728D3F730B0B961A495556F41344BBE4629FBDB7B24EBC08944F

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



subscrito e integralizado, é de R\$ 270.796.933,42 (duzentos e setenta milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos), dividido em 638.362.669 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentas e sessenta e duas mil, seiscentas e sessenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal”, **para: “Artigo 5º - O Capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 205.500.595,09 (duzentos e cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e noventa e cinco reais e nove centavos), dividido em 638.362.669 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentas e sessenta e duas mil, seiscentas e sessenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal”.**

**3.3. –** Em consequência das deliberações supracitadas, aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, na forma da consolidação anexa, que é parte integrante e indissociável da presente ata.

Nada mais havendo a deliberar, firmou-se a presente Escritura Declaratória “Termo de Resolução”, que é assinada pelos representantes da única acionista, Capemisa Holding S.A. Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

**Acionista:**

**CAPEMISA HOLDING S.A.**

Representada por:

JORGE DE SOUZA  
ANDRADE:3326067275  
3

Digitally signed by JORGE DE  
SOUZA ANDRADE:33260672753  
Date: 2025.04.17 16:09:46  
-03'00'

Jorge de Souza Andrade  
**Diretor-Presidente**

LAERTE TAVARES  
LACERDA:2660375  
6749

Digitally signed by LAERTE  
TAVARES  
LACERDA:26603756749  
Date: 2025.04.17 16:08:08 -03'00'

Laerte Tavares Lacerda  
**Diretor Vice-Presidente**

**CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**

**CNPJ: 08.602.745/0001-32**

**NIRE: 33.3.0027996-2**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Art. 1º- A **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A** é uma sociedade anônima, convertida em subsidiária integral da CAPEMISA HOLDING S.A., que se rege pelo presente estatuto e pelos dispositivos legais aplicáveis.

Art. 2º- A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente, 38, Botafogo, podendo, nos termos deste Estatuto, criar ou encerrar filiais, agências, sucursais, escritórios ou representações no Brasil.

Art. 3º- A Companhia tem por objeto operar Planos de Previdência Complementar e Seguros de Pessoas em todo o Território Nacional podendo, ainda, participar de outras sociedades.

Art. 4º- O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II**

Capital e Ações

Art. 5º - O Capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 205.500.595,09 (duzentos e cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e noventa e cinco reais e nove centavos), dividido em 638.362.669 (seiscentos e trinta e oito milhões, trezentas e sessenta e duas mil, seiscentas e sessenta e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

Art. 6º- As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**CAPÍTULO III**

Assembleia Geral e Escritura Declaratória

Art. 7º- A **CAPEMISA HOLDING S.A.**, na qualidade de única acionista, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social desta Sociedade, e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa de seus interesses e ao seu desenvolvimento, devendo deliberar por ato de seus representantes legais:

- I) ordinariamente, até o dia 31 de março de cada ano, sobre:
  - a) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras; e
  - b) a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e, quando for o caso, sobre a distribuição de dividendos.
- II) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Art. 8º- Compete à única acionista, por seus representantes legais, mediante Escritura Declaratória, além do previsto na Lei:

- I) definir as diretrizes e objetivos gerais da companhia;
- II) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, inclusive seus Presidentes;
- III) autorizar a aquisição de ações da própria companhia, para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria;
- IV) aprovar o aumento ou a redução do capital social;
- V) fixar a remuneração global dos membros da Diretoria;
- VI) fixar a remuneração individual dos membros da Diretoria do Conselho Fiscal, quando instalado;
- VII) reformar o Estatuto Social;
- VIII) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- IX) autorizar a emissão de debêntures; e
- X) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações.
- XI) aprovar o planejamento estratégico da Companhia;
- XII) aprovar o orçamento anual, os planos, os programas e as normas gerais de administração e controle da Companhia;
- XIII) deliberar previamente sobre propostas da Diretoria relativas a:
  - a) celebração de contratos ou qualquer outro instrumento que crie obrigações para a Companhia em valor individual superior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do capital social;
  - b) aquisição ou a alienação de participações em sociedades;
  - c) aquisição de bens para o ativo permanente por preço superior a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do capital social e a alienação de bens que o integrem, quando o respectivo valor contábil for superior a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor do capital social; e
  - d) prestação de garantias reais ou fidejussórias, observada a regulamentação do setor segurador;
- XIV) escolher e destituir os auditores independentes; e

XV) examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, obtendo cópia destes sempre que julgar necessário.

Art. 9º - As diretrizes fundamentais de orientação política a serem seguidas por esta Sociedade, na condição de subsidiária integral, deverão observar o determinado pela sua única acionista.

## **CAPÍTULO IV**

### Diretoria

Art. 10- A administração da Companhia compete à Diretoria.

Art. 11- O prazo do mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, contados da sua eleição, permitida a reeleição.

Parágrafo Único: O mandato dos Diretores se estende, excepcionalmente, até a posse de seus sucessores.

Art. 12- Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse no livro próprio.

§ 1º- Se o termo de posse não for assinado nos trinta dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito.

§ 2º- Os Diretores ficam dispensados de prestar garantias para o exercício dos cargos para os quais forem eleitos.

Art. 13- Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas, que, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão levadas ao Registro Público de Empresas Mercantis e publicadas na forma da lei.

Art. 14- A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) diretores, residentes no país, eleitos e destituíveis pela única acionista, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico, um Diretor Administrativo Financeiro, um Diretor de Governança Corporativa e até dois diretores sem designação específica.

Parágrafo Único: Os membros da Diretoria poderão ser eleitos ou reeleitos, na forma deste Estatuto.

Art. 15- Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela única acionista, compete à Diretoria, sem prejuízo de outras atribuições legais:

- I) representar a Sociedade, dirigir os negócios e fazer cumprir o objeto social, observando as diretrizes traçadas pela única acionista.
- II) elaborar e submeter à única acionista o planejamento estratégico da Companhia;

- III) elaborar e submeter à única acionista os planos, programas e normas gerais de administração e controle da Companhia;
- IV) fixar as políticas e orientações gerais dos negócios da Companhia, tendo em vista as diretrizes e objetivos estabelecidos pela única acionista e legislação em vigor, bem como fixar as normas gerais de operação da Companhia;
- V) elaborar e submeter à deliberação da única acionista, relatório das atividades sociais, instruindo-o com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras legalmente exigidas em cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes e, quando for o caso, com o parecer do Conselho Fiscal, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- VI) aprovar a criação, alteração e o encerramento de quaisquer dependências, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações;
- VII) observar fielmente as disposições legais e regulamentares do setor segurador;
- VIII) acompanhar e controlar as atividades das subsidiárias e empresas das quais a Companhia participe ou às quais esteja associada;
- IX) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicação de recursos, adquirir ou hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis ou imóveis e conceder garantias assinando os respectivos termos e contratos, observadas as disposições do inciso 'XIII', do artigo 8º deste Estatuto Social; e
- X) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela única acionista.

**Art. 16- Compete ao Diretor-Presidente:**

- I) estabelecer atribuições aos diretores, respeitadas as atribuições específicas;
- II) coordenar e orientar as atividades dos diretores;
- III) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

**Art. 17- Compete ao Diretor Técnico a supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.**

**Art. 18- Compete ao Diretor Administrativo Financeiro a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras e de investimentos.**

**Art. 19- Compete ao Diretor de Governança Corporativa, sem prejuízo de outras atribuições:**

- i) orientar e supervisionar na implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos (SCI), Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), as atividades da unidade de conformidade e de gestão de riscos;

- ii) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades; e
- iii) Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, à única acionista e ao Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos.

Art. 20- Os demais Diretores terão os poderes e a responsabilidade pela condução, orientação, fiscalização e coordenação das áreas que lhes vierem a ser atribuídas pelo Diretor-Presidente.

Art. 21- No caso de afastamento temporário de qualquer diretor, inclusive do Diretor-Presidente, caberá a este designar dentre os diretores, o substituto.

Art. 22- No caso de vacância do cargo de diretor, que importe em quórum inferior ao número mínimo previsto no Artigo 14 deste Estatuto, a única acionista, no prazo de até 72 horas, elegerá o substituto, que cumprirá o restante do mandato do substituído.

Art. 23- A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, ou seu substituto:

Parágrafo Único - A Diretoria se reúne com a presença da maioria de seus membros e delibera pela maioria dos presentes, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 24- A companhia é representada por 2 (dois) diretores em conjunto, a exceção das hipóteses previstas no inciso "XIII" do "Art. 8º", ocasião em que deverá ser representada pelo Diretor-Presidente acompanhado de mais um diretor.

§1º- a companhia pode ainda ser representada:

- I) conjuntamente, por qualquer diretor e um procurador;
- II) por dois procuradores conjuntamente;
- III) em casos especiais, desde que formalmente autorizado por deliberação da Diretoria, por um diretor ou por um procurador; e
- IV) por um diretor ou por um procurador perante os órgãos fiscalizadores das operações da companhia e demais repartições públicas e na prática de atos que para ela não gerem obrigações.

§2º- Nos atos de nomeação de procuradores, a Companhia deverá ser representada por dois diretores, exceto para as hipóteses previstas no inciso "XIII" do Art. 8º, cujo instrumento de mandato deverá conter obrigatoriamente a assinatura do Diretor-Presidente;

§3º- Dos instrumentos de mandato *ad negotia* deverá constar necessariamente o prazo de validade, reputando-se outorgados por 1 (um) ano aqueles que não contiverem prazo. Os mandatos *ad judicium* poderão ser outorgados sem prazo.

## **CAPÍTULO V**

### **Conselho Fiscal**

Art. 25- O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente, terá, quando instalado, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Art. 26- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela única acionista, respeitado o limite legal.

Art. 27- Compete ao Conselho Fiscal, além de outras atribuições previstas em lei:

- I) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Diretores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais;
- II) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações que julgar necessárias à deliberação da única acionista;
- III) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

## **CAPÍTULO VI**

### **Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Resultados**

Art. 28- O exercício social corresponde ao ano civil, devendo a administração da companhia levantar balanço e elaborar as demonstrações financeiras de acordo com a periodicidade e os critérios exigidos na regulamentação do setor segurador.

Art. 29- A companhia pode, mediante deliberação da única acionista, por Escritura Declaratória:

- I) levantar balanços em períodos inferiores a 1 (um) ano e, com base neles, distribuir dividendos, respeitado o limite legal; e
- II) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço.

Art. 30- Do resultado do exercício, feitas as deduções legais, 5% (cinco por cento) devem ser aplicados na constituição da reserva legal, cabendo à única acionista, respeitadas as limitações legais, deliberar sobre o saldo remanescente.

Art. 31- A única acionista tem direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei. O saldo remanescente deverá constituir Reserva de Investimento e Capital de Giro, que terá por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro, podendo inclusive absorver prejuízos.

Art. 32- A única acionista poderá autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica.

Art. 33- Compensar-se-ão, nos dividendos anuais, os juros sobre capital próprio e os dividendos que, de conformidade com o disposto no inciso "I" do artigo 29 deste estatuto, tenham sido distribuídos no período.

Art. 34- Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição da única acionista prescrevem em favor da Companhia.

**CAPEMISA HOLDING S.A.**

Representada por:

JORGE DE SOUZA  
ANDRADE:33260672753

Digitally signed by JORGE DE  
SOUZA ANDRADE:33260672753  
Date: 2025.04.17 16:09:20 -03'00'

Jorge de Souza Andrade  
**Diretor-Presidente**

LAERTE TAVARES  
LACERDA:26603756749

Digitally signed by LAERTE  
TAVARES LACERDA:26603756749  
Date: 2025.04.17 16:08:28 -03'00'

Laerte Tavares Lacerda  
**Diretor Vice-Presidente**

MARCIO AUGUSTO LEONE  
KOENIGSDORF:10583631746

Digitally signed by MARCIO AUGUSTO  
LEONE KOENIGSDORF:10583631746  
Date: 2025.04.17 16:10:46 -03'00'



Países que não realizaram retaliações terão prioridade

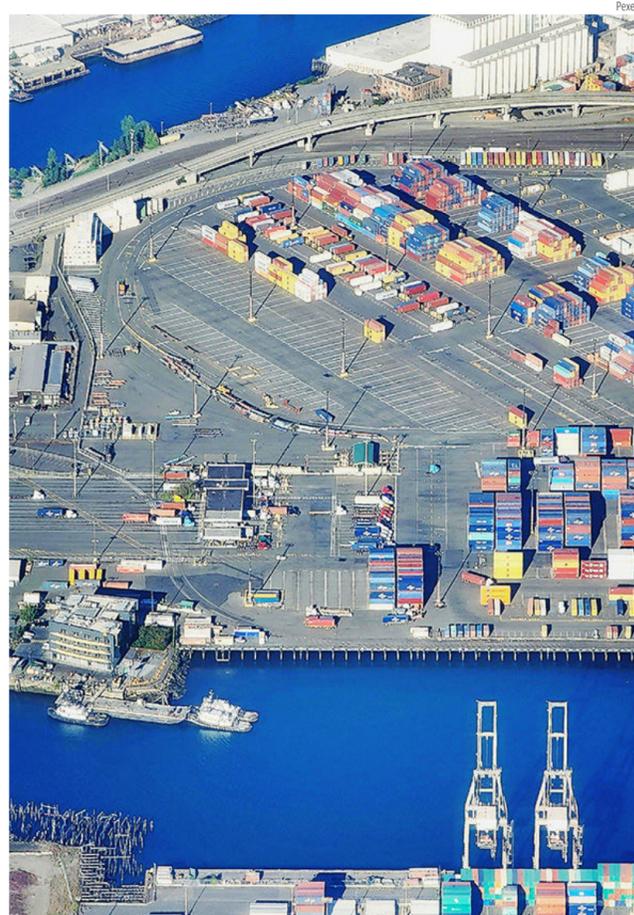
# EUA vão taxar a China em 104%

Trump insinuou que a China quer um acordo comercial, mas não sabe como começar e disse que espera uma ligação das autoridades

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, confirmou nesta terça-feira (8) que os Estados Unidos vão cobrar tarifas de 104% sobre os produtos chineses a partir de quarta-feira (9). A medida é mais um episódio da guerra comercial entre os países. "As novas taxas entrarão em vigor à meia-noite de hoje (terça). Então, efetivamente amanhã (quarta)", respondeu Karoline Leavitt. Minutos antes, a secretária havia criticado o governo chinês por não recuar e aceitar uma negociação com os Estados Unidos. "Países como a China, que escolhem retaliar e tentam redobrar os maus-tratos aos trabalhadores americanos, estão cometendo um erro. O presidente Trump tem uma espinha dorsal de aço e não vai quebrar. A América não vai quebrar

sob sua liderança. Ele é guiado por uma firme convicção de que a América deve ser capaz de produzir bens essenciais para o nosso próprio povo e exportá-los para o mundo", disse. O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nesta terça-feira, 8, que teve uma "boa conversa" com o presidente interino da Coreia do Sul, Han Duck-soo, por telefone e que negociará um "bom acordo para ambos os países". Em publicação na Truth Social, Trump também insinuou que a China quer um acordo comercial e que "espera uma ligação" das autoridades. "Temos os fundamentos e a probabilidade de um bom acordo com a Coreia do Sul. O melhor time deles está em um avião em direção aos EUA, e as coisas parecem boas", escreveu o republicano. "Estamos lidando da mesma forma com muitos outros países que querem fazer acordos com os EUA." **PÁGINA 5**

## EXPORTAÇÃO



**A CHINA DISSE NESTA TERÇA-FEIRA, 8, QUE "LUTARÁ ATÉ O FIM"** e tomará contramedidas contra os Estados Unidos para salvaguardar seus próprios interesses, depois que o presidente Donald Trump ameaçou impor uma tarifa adicional de 50% sobre as importações chinesas. O Ministério do Comércio chinês disse que a imposição pelos EUA das "chamadas tarifas recíprocas" é "completamente infundada e é uma prática típica de intimidação unilateral". **PÁGINA 6**

## DESVALORIZAÇÃO

**China alivia controle sobre yuan, que atinge menor patamar desde setembro de 2023**

O Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) definiu a chamada fixação do yuan em 7,2038 em relação ao dólar nesta terça-feira, 8, a primeira vez desde setembro de 2023 que a taxa de referência ultrapassou 7,20. O limite observado de per-

té é visto como um indicador da atitude de Pequim em relação ao suporte à moeda. O alívio no controle do yuan reflete os esforços da China para dar suporte aos mercados financeiros, em meio a guerra comercial crescente com os EUA. **PÁGINA 6**

## REGRAS

**Lula: tarifa de Trump não vai dar certo**

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse nesta terça-feira, 8, que acha que "não vai dar certo" o conjunto de medidas tomadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump. "Eu estou vendo o comportamento do presidente Trump, eu acho que não vai dar certo. Ninguém pega um transatlântico daquele e faz as coisas que estão acontecendo lá", criticou. **PÁGINA 4**



## SEGURANÇA

**A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) DA SEGURANÇA PÚBLICA** - preparada pelo governo federal - foi entregue na terça-feira (8) pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. O texto foi atualizado para a inclusão de sugestões dos governadores. O texto prevê a criação de corregedorias funcionais. **PÁGINA 7**



Marina Ramos - Câmara dos Deputados

## HABITAÇÃO

**Governo quer reduzir o custo de crédito no país**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou que o governo trabalha em nova medida para reduzir o custo de crédito. A nova medida visa conciliar o acesso ao crédito e a preservação da poupança de recursos para fomentar investimentos. **PÁGINA 2**



## BETS

**Galípolo: risco de crédito é maior para apostador**

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que pessoas que fazem apostas em jogos virtuais apresentam risco de crédito significativamente maior. Segundo ele, cabe ao BC avaliar procedimentos e controles das instituições financeiras e das instituições de pagamento. **PÁGINA 3**

## DENGUE

**Governo anuncia municípios prioritários**

**PÁGINA 8**

## COMUNICAÇÕES

**PGR denuncia ministro por desvio de emendas**

**PÁGINA 7**

**IBOVESPA 123.931,89 ↓ -1,32%**

### Mais Negociados

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	2,03	-1,46%	-0,03
COGNA ON ON ATZ NM	2,01	-0,99%	-0,02
PETROBRAS PN N2	32,00	-3,56%	-1,18
BRDESCO PN EJ N1	12,02	-2,75%	-0,34
MAGAZINE LUIZA ON NM	8,78	-13,41%	-1,36

### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PARANAPANEMAON NM	2,44	+25,13%	+0,49
DTCOM,DIRECTON	4,20	+7,69%	+0,30
BANESE PN	27,40	+6,70%	+1,72
BARDELLA ON	9,50	+4,97%	+0,45
ALPHAVILLE ON NM	2,000	+4,71%	+0,090

### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
CASAS BAHIA ON NM	6,500	-14,36%	-1,090
MAGAZINE LUIZA ON NM	8,78	-13,41%	-1,36
MERC INVEST ON	17,51	-12,45%	-2,49
TEX RENAUX PN	1,50	-11,76%	-0,20
OI ON N1	0,72	-10,00%	-0,08

## BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.645,59	-0,84%
S&P 500	4.982,77	-1,57%
NASDAQ	15.267,91	-2,15%
DAX 30	20.280,26	+2,48%
FTSE 100	7.910,53	+2,71%
IBEX 35	12.065,60	+2,37%

## DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,997	5,997	↑ 1,47%

## PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 1,74%

## EURO

COMPRA	VENDA	%
6,571	6,571	↑ 1,86%

## LIBRA

COMPRA	VENDA	%
7,670	7,674	↑ 1,86%

## OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 577,99	2.982,53

## IMÓVEIS

# Governo trabalha nova medida para reduzir o custo do crédito

O ministro informou que o governo está construindo uma solução muito elegante que preserva o crédito barato, um direito do cidadão, mas ao mesmo tempo preserva o estoque de poupança para investimento

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou nesta terça-feira, 8, que o governo trabalha em nova medida para reduzir o custo de crédito, na esteira do consignado lançado a trabalhadores do setor privado. A nova medida, disse, visa conciliar o acesso ao crédito e a preservação da poupança de recursos para fomentar investimentos.

“Não quero antecipar medidas. Nós estamos construindo uma solução muito elegante que preserva crédito barato, um direito do cidadão, mas ao mesmo tempo preserva o estoque de poupança para fomentar o investimento”, declarou Haddad, em discurso na cerimônia de abertura do 100º Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic), que acontece dentro da Feicon, feira do setor de construção realizada em São Paulo.

“Nós estamos encontrando esse caminho, construindo juntos. Penso que nós vamos ter boas novas a divulgar brevemente, no sentido de buscar esse equilíbrio entre a poupança nacional, fomento do investimento e aquilo que é direito das pessoas de ter acesso a uma linha de crédito mais barato”, acrescentou Haddad.

O ministro, sem dar detalhes aos empresários da construção civil, falou em aperfeiçoar o aproveitamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). “Pensem vocês no aperfeiçoamento que nós podemos fazer em seguida na questão do FGTS. É um pleito do setor, é absolutamente justo preservar os recursos da FGTS.”

O ministro disse ainda que pretende lançar, antes do fim do mandato, o mercado secundário de títulos imobiliários, com o objetivo de reduzir o custo do financiamento de imóveis. “Eu não gostaria, realmente não gostaria, de deixar o ministério da Fazenda sem acertar o mercado secundário dos títulos imobiliários”, comentou.

Ele considera que há ainda tempo, até o fim do ano que vem, para retomar o debate sobre o tema, que, pontuou, permitirá que bancos abram espaço nos balanços para financiar a construção civil.

A empresários do setor, Haddad destacou que as ações do governo em apoio à indústria vão além da reforma tributária, citando, entre os exemplos, o marco das garantias e lançamento do crédito consignado a trabalhadores do setor privado.

O ministro disse ainda que é preciso fomentar o mercado secundário, a fim de garantir “vida longa ao crédito barato”.

O ministro disse que, nas últimas semanas, o mundo tem vivido uma situação “muito inusitada”, com o crescimento da apreensão nos Estados Unidos, Europa e América do Sul



**Pensem vocês no aperfeiçoamento que podemos fazer na questão do FGTS”**

FERNANDO HADDAD,  
ministro da Fazenda

Haddad afirmou que pretende lançar, antes do fim do mandato, o mercado secundário de títulos imobiliários, com o objetivo de reduzir o custo do financiamento de imóveis

**ENDIVIDAMENTO**

## Setor público teve déficit primário de R\$ 18,9 bilhões em fevereiro

O setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, à exceção de Petrobras e Eletrobras) teve déficit primário de R\$ 18,973 bilhões em fevereiro, informou o Banco Central. Este é o melhor resultado para o mês desde 2022.

O resultado primário reflete a diferença entre as receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

Segundo os dados do BC, o governo central (Tesouro Nacional, BC e INSS) teve déficit de R\$ 28,517 bilhões em fevereiro. Estados e municípios tiveram superávit de R\$ 9,244 bilhões, e as empresas estatais, superávit de R\$ 299 milhões.

Isoladamente, os Estados tiveram superávit de R\$ 6,633 bilhões, e os municípios, superávit de R\$ 2,611 bilhões.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 75,7% em janeiro para 76,2% em fevereiro. Em reais, a DBGG passou de R\$ 8,940 trilhões para R\$ 9,045 trilhões.

Pelo conceito do Fundo Monetário Internacional (FMI), a DBGG cresceu de 87,1% para 88,7% do PIB no período. O BC informou, no mais recente Relatório de Política Monetária (RPM), que iria incorporar a metodologia do FMI às suas divulgações.

O pico da série da dívida bruta no critério do BC foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), devido às medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid 19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A DBGG que abrange o governo federal, os governos estaduais e muni-

cipais, excluindo o BC e as empresas estatais é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) que leva em conta as reservas internacionais do Brasil subiu de 61,1% do PIB em janeiro para 61,4% em fevereiro. Em reais, atingiu R\$ 7,297 trilhões.

O setor público consolidado teve resultado negativo de R\$ 78,253 bilhões com juros em fevereiro, após um rombo de R\$ 40,358 bilhões em janeiro.

O governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e BC) teve despesas de R\$ 70,093 bilhões na conta de juros. Os governos regionais gastaram R\$ 7,747 bilhões, e as empresas estatais, R\$ 413 milhões.

No primeiro bimestre, a despesa acumulada do setor público com juros atingiu R\$ 118,611 bilhões, ou 6,18% do Produto Interno Bruto (PIB).

No acumulado de 12 meses, a despesa soma R\$ 923,954 bilhões, ou 7,78% do PIB. Em 2024, somou R\$ 950,423 bilhões, ou 8,09% do PIB.

O setor público consolidado teve déficit nominal de R\$ 97,226 bilhões em fevereiro, após um resultado positivo de R\$ 63,737 bilhões em janeiro, informou o Banco Central (BC). Em fevereiro de 2024, o resultado nominal havia sido negativo em R\$ 113,858 bilhões.

O déficit nominal do setor público atingiu R\$ 33,489 bilhões, ou 1,74% do Produto Interno Bruto (PIB), no acumulado do ano. Em 12 meses, soma R\$ 939,839 bilhões, ou 7,91% do PIB.

O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas do setor público, contando o pagamento dos juros da dívida pública.

O governo central teve déficit nominal de R\$ 98,609 bilhões em fevereiro. Os governos regionais tiveram saldo positivo de R\$ 1,497 bilhão, enquanto as empresas estatais tiveram déficit nominal de R\$ 113 milhões.

por conta da ascensão de políticos da extrema-direita. Segundo Haddad, a progressão de “forças reacionárias” compromete a busca pelo equilíbrio social, econômico e geopolítico.

Apesar desse panorama, Haddad considera que o Brasil tem conseguido sinalizar propostas que mobilizam “corações e mentes” na busca por um mundo melhor. O ministro listou que o País conseguiu colocar a questão do combate à fome “no centro do debate” do G20.

Haddad também lembrou

da proposição do Brasil de instituir uma taxa universal aos super-ricos do mundo para a constituição de fundo de US\$ 300 bilhões voltado para combater a fome e a emergência climática.

“Esse valor indicaria um caminho para a humanidade perseguir objetivos mais nobres do que os atuais. Indicaria um caminho de que nós precisamos ter uma governança global”, pontuou Haddad, acrescentando que é preciso “superar” as instituições dos acordos de Bret-

ton-Woods. “A arquitetura de Bretton Woods não está adequada aos desafios colocados hoje”, frisou.

No âmbito doméstico, Haddad destacou a proposta do governo federal de isentar do Imposto de Renda pessoas que ganham até R\$ 5 mil, o compromisso do presidente Lula de retirar o Brasil novamente do mapa da fome e políticas de incentivo à transição energética. “É o quinto governo do PT e só nesse quinto governo nós reunimos conhecimento e coragem suficientes

para mandar para o Congresso Nacional uma lei óbvia”, disse Haddad, em referência à isenção do IR.

Ao final de sua fala, o ministro destacou que é importante que intelectuais e políticos voltem a “estudar muito profundamente” as relações sociais. “Está faltando, antes de ambição prática, ambição teórica. Porque eu penso que só a ambição teórica vai nos dar coragem para ousar mais do ponto de vista programático e envolver mais as pessoas em projetos emancipató-

rios mais ambiciosos”, afirmou.

Na avaliação de Haddad, a aliança entre “teoria e prática” deve voltar ao centro do debate da esquerda internacional. “Nós tínhamos uma bela tradição de gente que pensava e fazia simultaneamente, com os constrangimentos que a vida prática traz para todos nós”, pontuou. “Estamos num momento em que para enfrentar o desafio da extrema direita, vamos ter que ir além do que rezaria o bom senso”, finalizou o ministro.

**Diário Comercial** 70 ANOSPropriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.FILIADO À:  
**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**  
Bruna Luz**DIRETOR EXECUTIVO**  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br**REDAÇÃO:** Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br  
**DIAGRAMAÇÃO:** André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br**PUBLICIDADE:** RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br**SERVIÇO NOTICIOSO:** Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara  
**IMPRESSÃO:** RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

**ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL****Rio de Janeiro**  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906**São Paulo**  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000**Brasília**  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038**Belo Horizonte**  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232**REPRESENTANTE COMERCIAL**  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770  
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

CONTROLES

# Galípolo diz que risco de crédito é maior para apostadores em bets

O presidente do BC alertou que parte da renda das famílias não está indo nem para consumo nem para poupança, mas para sites de apostas, com um potencial impacto na atividade econômica

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou nesta terça-feira, 8, que pessoas que fazem apostas em jogos virtuais apresentam risco de crédito significativamente maior. Ele fez a declaração durante Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre as apostas virtuais, mais conhecidas por Bets. "O levantamento posterior realizado pelo Banco Central concluiu que as pessoas que realizam a aposta apresentam um risco de crédito significativamente maior do que as pessoas que não realizam a aposta, o que permanece significativo controlado por diversos fatores, como faixa de renda e risco de operação em crédito subjacente."

No início da apresentação, Galípolo disse que cabe ao BC avaliar procedimentos e controles das instituições financeiras e das instituições de pagamento com relação aos procedimentos de conexão seu cliente e conheça seu parceiro de negócio, entre outros. "Já está no escopo do trabalho de supervisão, dentro do chamado Plano de Ação de Supervisão (PAS)", disse, acrescentando que esses procedimentos devem considerar diversos tipos de indícios de transação suspeita e não apenas aquelas envolvendo Bets não autorizadas. "Este é apenas um item, entre outros vários, que analisamos em nosso trabalho de supervisão, cujo foco é nas instituições autorizadas e não nas transações de seus clientes", explicou.

De acordo com o presidente do BC, quando são encontrados indícios de regularidades, cuja competência seja de outro órgão, como o Ministério da Fazenda no caso das transações com bets legais, essas irregularidades devem ser comunicadas a outro órgão de "forma legítima e protegida". "A missão do Banco Central é estabilidade monetária e estabilidade financeira. No âmbito dessa competência, o Banco Central acompanha dados de pagamento, buscando ter uma sensibilidade mais tempestiva de indicadores macroeconômicos, como a atividade econômica", frisou.

Galípolo relatou que, em estudos preparatórios para uma



Lula Marques - Agência Brasil

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre as apostas virtuais, mais conhecidas por Bets: "estamos colaborando com órgãos de controle"

reunião do Copom, chamou a atenção do colegiado que parte da renda das famílias não estava indo nem para consumo nem para poupança. "Alguns participantes do mercado já haviam nos alertado que fluxos financeiros para sites de aposta estavam se tornando significativos, com potencial impacto na atividade econômica", disse.

O presidente do BC comentou que algumas instituições produziram relatórios específicos sobre o tema, mas que as estimativas sobre o tamanho do mercado são muito variadas. "É importante para o BC avaliar potenciais impactos na estabilidade financeira e na transmissão da política monetária. O papel do Banco Central nesse contexto foi de colaborar nesse debate com base no seu interesse de avaliar o impacto desse mercado na atividade econômica", considerou.

Galípolo lembrou que, quando o estudo do BC foi realizado, em agosto de 2024, a regulação do setor não estava completamente aplicada, com as empresas muitas vezes ainda não constituídas no país, mas que recebiam recursos por meio

de intermediários não sujeitos à regulação. "Dessa forma, não era trivial o cálculo do movimento financeiro para o setor. Identificamos, então, o padrão das transações desses tipos de pagamentos e, a partir daí, foram consideradas essas transações com esses padrões em facilitadores de pagamentos", indicou.

Ele comentou ainda que o Banco Central tem colaborado com a Secretaria de Prêmios de Apostas do Ministério da Fazenda na regulamentação do setor, esclarecendo aspectos do funcionamento do sistema financeiro e dos arranjos de pagamentos que podem auxiliar no monitoramento dos mercados de belas. "Além disso, estamos colaborando com órgãos de controle em suas auditorias relacionadas ao termo."

Galípolo ressaltou aos senadores o dever legal do Banco Central de manter o sigilo bancário e a proteção de dados pessoais. "O Banco Central guardará o zelo pelos dados obtidos pela supervisão ou gerado na operação de suas infraestruturas."

Ele enfatizou que é dever do BC preservar o Pix como infraes-

trutura digital pública e a privacidade das informações financeiras processadas em seu âmbito para garantir a impossibilidade de identificação do usuário observada as exceções legais. "O Pix é uma infraestrutura digital pública essencial para o funcionamento da economia nacional. Implementado em inclusão financeira, o desenvolvimento de novos modelos de negócios e a concorrência do sistema financeiro nacional. A manutenção da confiança da população do Pix, principalmente na proteção dos seus dados, é essencial para um bom funcionamento da economia", ressaltou.

O presidente do Banco Central informou também que estudos da instituição revelam que apostadores costumam ter avaliação de crédito pior do que outros tomadores. Ele enfatizou que o BC pretende sempre estudar e entender como é que está se comportando a demanda e para onde a renda está fluindo, para que se possa entender seus impactos. "E, sim, os estudos já revelam que os apostadores costumam ter uma avaliação de crédito pior, e

isso passou a entrar naquilo que a gente chama de score de crédito, a análise de crédito que os bancos costumam fazer ao conceder crédito", salientou.

Galípolo informou que os bancos já consideram esse tipo de hábito para poder fazer uma análise de crédito e verificar se tem um risco mais elevado. Ele também disse que as pesquisas seguem sendo feitas para reunir mais dados e haja o entendimento e como o comportamento está migrando, se está reduzindo etc.

De acordo com um estudo especial do BC "Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores", publicado no ano passado, as famílias de baixa renda são as mais prejudicadas pela atividade das apostas esportivas. "É razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira", considerou, acrescentando que o BC está atento ao tema e precisa ainda de mais dados e tempo para avaliar com maior robustez suas implicações

para a economia, a estabilidade financeira e o bem-estar financeiro da população.

O presidente do Banco Central repetiu que a instituição começou a investigar o segmento de bets porque houve alta da renda das famílias, que não foi para o consumo nem para poupança. "Nossa porta de entrada foi o lado macroeconômico. Estávamos vendo a renda crescer, a renda das famílias cresceu muito nos últimos dois anos, um crescimento tanto em velocidade quanto em nível, historicamente mais elevado aí a gente percebia que existia um certo vazamento dessa renda: a gente não encontrava essa renda nem em consumo, nem em poupança", explicou.

O alerta do aumento dos jogos pelo BC foi, portanto, para a questão econômica, segundo Galípolo. "Fizemos um estudo antes mesmo da atividade estar regulada, porque a gente estava percebendo que isso podia ter algum tipo de impacto."

Do ponto de vista normativo, ele enfatizou que a instituição está sempre aberta a participar e trocar informações.

INADIMPLÊNCIA

# Endividamento das famílias subiu para 77,1% em março

Os brasileiros ficaram mais endividados em março, mas a inadimplência permaneceu estável no período, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A proporção de famílias com contas a vencer cresceu de 76,4% em fevereiro para 77,1% em março, a segunda alta consecutiva, apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

Em relação a março de 2024, quando 78,1% das famílias estavam endividadas, houve uma queda de 1 ponto percentual. A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito

consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Segundo a CNC, o estudo sugere um "esforço das famílias para manter o controle financeiro mesmo diante das pressões do orçamento".

"O crédito tem papel fundamental no orçamento das famílias e no fomento ao consumo, mas precisa ser utilizado com planejamento, principalmente em um cenário de juros elevados. O avanço do endividamento com estabilidade da inadimplência sinaliza maior consciência no uso do crédito", avaliou o presidente da CNC, José Roberto Tadros, em nota oficial.

A fatia de consumidores com

contas em atraso permaneceu em 28,6% em março, mesma proporção vista em fevereiro. Um ano antes, em março de 2024, a proporção de famílias inadimplentes também era de 28,6%.

A proporção de consumidores que afirmaram não ter condições de pagar suas dívidas vencidas, ou seja, que permaneceriam inadimplentes, caiu de 12,3% em fevereiro para 12,2% em março. Essa parcela era de 12,0% em março de 2024.

Segundo o levantamento, o tempo de inadimplência está diminuindo: 47,6% dos inadimplentes tinham dívidas em atraso há mais de 90 dias, o menor nível desde maio de 2024.

O percentual de famílias com dívidas superiores a um ano caiu para 34,4% em março, menor nível desde agosto de 2024, enquanto cresceu o número de dívidas com vencimento entre três meses e um ano, "indicando preferência por prazos mais curtos".

O comprometimento da renda com dívidas se manteve em 29,9% em março, sendo que 20,8% das famílias afirmam comprometer mais da metade da renda com o pagamento dessas obrigações.

O cartão de crédito mantém a liderança como a modalidade mais utilizada, mencionada por 83,7% dos endividados, mas perdeu espaço em relação à fatia de

86,9% registrada em março do ano passado. Na direção oposta, os carnês cresceram, com uma fatia de 17,3% de menções em março de 2025, ante 16,0% em março de 2024.

"A alta dos carnês e do crédito pessoal mostra que o consumidor está buscando formas alternativas, porém mais caras, de conseguir empréstimos para manter o consumo ou quitar dívidas", apontou Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, em nota.

Na passagem de fevereiro para março, as famílias de renda mais baixa ficaram mais endividadas, mas menos inadimplentes.

No grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de endividados subiu de 79,7% em fevereiro para 80,7% em março. Na classe média baixa, com renda de três a cinco salários mínimos, a proporção de endividados permaneceu em 78,5%. No grupo de cinco a dez salários mínimos, houve elevação de 73,6% para 74,1%. No grupo com renda acima de 10 salários mínimos

mensais, essa fatia cresceu de 65,5% para 66,6%.

Quanto à inadimplência, no grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de famílias com dívidas em atraso desceu de 36,7% em fevereiro para 36,5% em fevereiro. Na classe média baixa, com renda de três a cinco salários mínimos, a proporção de inadimplentes saiu de 27,9% em fevereiro para 27,7% em fevereiro. No grupo de cinco a dez salários mínimos, houve redução de 21,4% para 20,4%. No grupo que recebe acima de 10 salários mínimos mensais, a fatia de inadimplentes saiu de 14,9% para 15,1%.

"A expectativa é de aumento de 2,5 pontos percentuais no endividamento até o fim de 2025, em relação ao início do ano, impulsionado por maior confiança no consumo e pela necessidade de reorganização financeira. A inadimplência, por sua vez, deve recuar marginalmente, com previsão de queda de 0,7 ponto percentual nos 12 meses", previu a CNC.

## SOBERANIA

# Lula diz que atitude de Trump sobre tarifas não dará certo

O presidente afirmou que ninguém brinca que o mundo não existe, com quase 200 países e não esquece que todos os países querem ter sua soberania

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse nesta terça-feira, 8, que acha que “não vai dar certo” o conjunto de medidas tomadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump. “Eu estou vendo o comportamento do presidente Trump, eu acho que não vai dar certo. Ninguém pega um transatlântico daquele e faz as coisas que estão acontecendo lá”, criticou Lula, que em seguida afirmou que “nós sozinhos (brasileiros) temos que definir as nossas regras”.

“Ninguém brinca que o mundo não existe, com quase 200 países. Ninguém esquece que todos os países querem ter soberania e querem estabelecer um processo de harmonia”, complementou o presidente brasileiro.

Lula discursou nesta terça na abertura do Encontro Internacional da Indústria de Construção (Enic), em São Paulo, ao lado de ministros do governo e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

O presidente disse que, “apesar da taxa de juro e apesar do (presidente dos EUA, Donald) Trump, neste país está acontecendo um milagre”. Lula disse que o “milagre” não se deve à macroeconomia, e, sim, à microeconomia. “Eu tenho a consciência de que o dinheiro tem que circular na mão de todos”, afirmou.

“Está cheio de especialista neste país, não tem um especialista para dar palpite bom”, comentou o presidente, que afirmou ainda que o Brasil está “cheio de donos da verdade”.

Ele defendeu também o projeto de lei enviado ao Congresso para isentar do Imposto de Renda (IR) pessoas que ganham até R\$ 5 mil mensais. Ele afirmou



O presidente Lula, durante abertura do encontro da indústria da construção: “apesar da taxa de juro e apesar de Trump, neste país está acontecendo um milagre”

que “acha que vai ser aprovado” porque o objetivo é fazer justiça social.

“É nada, R\$ 5 mil é nada”, disse Lula. “Quem tem que pagar a compensação são as 141 mil pessoas que ganham mais de R\$ 1 milhão por ano. E é pagar uma ‘merreca’, não chega a 10%, e as pessoas não querem pagar”.

Lula continuou: “Nós queremos entregar esse país para que nossos filhos e netos vivam num país de classe média”.

O presidente criticou o déficit habitacional no Brasil que, segundo ele, continua a ser de 7 milhões de casas há mais de 50 anos no Brasil. “Mesmo sendo o meu governo o que mais construiu casa. Isso significa que nós

estamos enxugando gelo, que nós precisamos fazer muito mais”, afirmou, em discurso na abertura do Encontro Internacional da Indústria de Construção (Enic), em São Paulo, ao lado de ministros do governo e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

“Nós precisamos dar um salto de qualidade naquilo que nós fazemos”, disse Lula, que em seguida mudou o assunto para a qualidade da educação. “O governo adotou um compromisso com prefeitos para que a gente possa alfabetizar 80% das nossas crianças até o segundo ano de escolaridade, porque se a gente não alfabetizar, o futuro

deles estará perdido.”

E afirmou: “Tudo isso custa dinheiro, e a definição que nós temos que ter é se isso é gasto ou investimento. Na minha opinião, tudo isso é investimento.”

Para depois acrescentar: “É preciso de mais dinheiro, inventar mais fundo porque nós precisamos resolver déficit habitacional”.

O presidente afirmou que o governo vai fazer até o final do mandato “46 concessões de ferrovia e rodovias, contra meia dúzia que foi feita durante tanto tempo atrás”.

Lula destacou que as concessões serão feitas sem outorga para beneficiar o usuário final. “A tal da outorga era quase que

vender uma estrada para que o governador tivesse dinheiro para fazer outra obra, e o preço da outorga era colocada no preço do pedágio”, criticou.

O presidente ainda exaltou a articulação política do governo e citou, como exemplos, a aprovação da PEC da Transição, no final de 2022, e a aprovação da reforma tributária em um Congresso com apenas 70 deputados do PT.

“Era impossível, teoricamente, imaginar que nós aprovamos uma reforma tributária, e ela foi aprovada”, afirmou Lula. “Isso se chama capacidade de articulação política, civilidade, capacidade de conversar com os contrários, de ceder”, disse.

## Empresas que pretendem contratar já somam 48%

Para o segundo trimestre de 2025, 48% das empresas brasileiras pretendem elevar sua força de trabalho, o que significa aumento de quatro pontos percentuais em comparação com o trimestre anterior.

É o que aponta a Pesquisa de Expectativa de Emprego, desenvolvida trimestralmente pelo ManpowerGroup, empresa de soluções de força de trabalho. No Brasil, foram entrevistados 1.050 empregadores.

Atualmente, o Brasil ocupa o 12º lugar do ranking Expectativa Líquida de Emprego - calculada subtraindo-se empregadores que planejam fazer reduções na equipe daqueles que pretendem contratar.

Para o período de abril a junho, essa taxa média é de 26% no país, apontando redução de 1% em relação ao trimestre passado.

Entre os segmentos com expectativas mais altas, o de Tecnologia da Informação (TI) lidera com 39%. Em seguida, vem o setor de Serviços de Comunicação (38%). Antes, a segunda posição era ocupada pelo setor de Energia&Serviços de Utilidade Pública.

Mesmo que o setor de TI esteja otimista com contratações, outra pesquisa de 2025 do ManpowerGroup sobre escassez de talentos indica que 84% dos empregadores de TI sinalizam ter dificuldade em encontrar talentos para as vagas.

Segundo o levantamento, as habilidades mais difíceis de se encontrar estão em TI&Dados (39%). A expectativa de contratação é alta, mas a demanda por profissionais também.

O estudo sobre expectativa de emprego também aponta que os estados de São Paulo (50%) e Rio de Janeiro (34%) estão entre as regiões com maior intenção de contratação. Em relação ao trimestre passado, o Paraná saiu da liderança de 32% para uma expectativa de 23% para o segundo trimestre.

Já no cenário global, 40% das empresas pretendem contratar com uma Expectativa Líquida de Emprego média em 25%. Empregadores da Ásia-Pacífico destacam-se pelas intenções de contratação mais fortes (30%).

## DIREITO EMPRESARIAL

por Cesar Fueta



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

## O BLOQUEIO JUDICIAL DE CRIPTOATIVOS

**O IMPACTO DAS NOVAS** tecnologias no setor financeiro tem apresentado grandes desafios para a atuação jurídica empresarial. Afinal, a maneira como indivíduos e empresas armazenam patrimônio, realizam transações e organizam suas operações empresariais foram profundamente transformadas. Neste cenário, os criptoativos, ou criptomonedas, passaram a integrar o patrimônio de muitas pessoas, exigindo dos operadores do direito uma nova atuação para possibilitar a localização e bloqueio destes bens em processos judiciais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu recentemente a expedição de ofício às corretoras de criptoativos para localizar e penhorar valores do devedor no Recurso Especial 2.127.038/SP. Neste artigo, vamos tratar dessa decisão e de seus reflexos no mundo empresarial.

**O CASO ANALISADO PELO STJ** envolve uma empresa que buscava, na fase de cumprimento de sentença, obter a satisfação de seu crédito por meio de bloqueio de eventuais criptoativos em nome do devedor. O juiz havia negado o pedido da empresa por ausência de regulamentação legal expressa sobre o tema, posição mantida pelo tribunal estadual, que entendeu que a inexistência de uma moeda de curso forçado impediria a penhorabilidade dos criptoativos. O STJ, porém, reformou a decisão, deixando claro que é possível adotar medidas constritivas em relação a criptoativos.

**AINDA QUE NÃO SEJAM** moeda

corrente ou emitida por autoridade monetária, como é o caso do real ou do dólar, o fato é que as criptomonedas são ativos com valor econômico. Eles são usados como forma de pagamento, reserva de valor e instrumento de investimento. Por essa razão, embora não sejam moeda de curso legal, integram o patrimônio do devedor e, por consequência, podem ser objeto de bloqueio judicial, nos termos da lei processual brasileira.

**A DECISÃO DO STJ** também reforça o interesse do credor na condução da execução. Embora a lei determine que a execução deve ser processar pelo meio menos gravoso ao devedor, esse princípio não pode ser interpretado de forma absoluta, sob pena de esvaziar a efetividade da tutela jurisdicional, já tão prejudicada pela morosidade do sistema. O processo executivo tem como finalidade principal a satisfação do direito do credor. Como destacou o ministro Humberto Martins, não se pode negar o acesso a possíveis ativos do devedor apenas porque a tecnologia envolvida apresenta dificuldades operacionais. A ausência de regulamentação específica não torna o ativo inexistente ou impenhorável.

**OUTRO ASPECTO** importante diz respeito à Instrução Normativa nº 1.888/2019 da Receita Federal, que impõe aos contribuintes a obrigação de declarar operações com criptoativos. Tal regulamentação revela o reconhecimento oficial, pelo Fisco, de que essas operações possuem valor econômico e impacto tributá-

rio, reforçando o argumento de que tais ativos são parte do patrimônio do devedor e, portanto, podem ser objeto de bloqueio em processos judiciais.

**O STJ TAMBÉM FEZ MENÇÃO** ao Projeto de Lei nº 1.600/2022, que pretende incluir expressamente os criptoativos no rol de bens penhoráveis da lei processual civil. Embora ainda em tramitação, esse projeto revela a tendência do legislador em integrar os ativos digitais ao sistema executivo tradicional. A jurisprudência, nesse caso, tem se antecipado à lei, como é comum em situações de inovação tecnológica, especialmente quando se observa um vazio normativo e a necessidade urgente de oferecer respostas jurídicas eficazes. Mesmo que as decisões judiciais se baseiem em princípios gerais para preencher lacunas e garantir soluções práticas, a segurança jurídica exige que, sempre que possível, essas situações sejam disciplinadas por norma própria, clara e específica.

**NO JULGAMENTO DO CASO**, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva apresentou relevantes considerações sobre os desafios operacionais da penhora de criptoativos, como o rastreamento, a custódia, a liquidação e o anonimato dos titulares. Ainda assim, esses obstáculos não foram considerados impeditivos à adoção de medidas constritivas. O próprio Conselho Nacional de Justiça está desenvolvendo a ferramenta CriptoJud, com o objetivo de facilitar o bloqueio judicial de ativos digitais,

a exemplo do que já ocorre com o sistema Sisbajud no ambiente bancário tradicional.

**OUTRO PONTO IMPORTANTE** é a análise do custo-benefício da medida. Em execuções de pequeno valor, a busca indiscriminada por criptoativos em diversas corretoras pode revelar-se desproporcional. Nesses casos, o juiz pode, fundamentadamente, indeferir o pedido, exigindo maior delimitação do credor quanto aos meios pretendidos para a constrição de bens. Portanto, a decisão do STJ não autorizou uma devassa irrestrita no mercado de criptoativos, mas sim reconheceu a legitimidade de medidas proporcionais e fundamentadas, a serem adotadas conforme as particularidades de cada caso concreto. O juiz permanece com o dever de equilibrar a efetividade da execução e o respeito às garantias do devedor, podendo, inclusive, exigir que o credor indique previamente as corretoras a serem oficiadas, bem como suporte os custos iniciais das diligências.

**TUDO ISSO DEMONSTRA** que a possibilidade de bloqueio judicial de criptomonedas afeta diretamente o planejamento patrimonial de pessoas físicas e jurídicas que atuam com ativos digitais. A estratégia de devedores contumazes em ocultar o patrimônio por meio da utilização de criptoativos está cada vez mais sujeita ao alcance do Poder Judiciário. O processo judicial executivo, aos poucos, vai se adaptando ao mundo digital contemporâneo.

RETALIAÇÃO

# EUA anuncia que vai taxar os produtos da China em 104%

Leavitt reconheceu que países como a China, que escolhem retaliar, estão cometendo um erro

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, confirmou nesta terça-feira (8) que os Estados Unidos vão cobrar tarifas de 104% sobre os produtos chineses a partir de quarta-feira (9). A medida é mais um episódio da guerra comercial entre os países.

Na coletiva de imprensa transmitida pelas redes sociais da Casa Branca nesta tarde, a secretária foi questionada por um repórter se o presidente Donald Trump manteria a decisão de adicionar 50% em taxas sobre os produtos da China.

"As novas taxas entrarão em vigor à meia-noite de hoje (terça). Então, efetivamente amanhã (quarta)", respondeu Karoline Leavitt.

Minutos antes, a secretária havia criticado o governo chinês por não recuar e aceitar uma negociação com os Estados Unidos.

"Países como a China, que escolhem retaliar e tentam redobrar os maus-tratos aos trabalhadores americanos, estão cometendo um erro. O presidente Trump tem uma espinha dorsal de aço e não vai quebrar. A América não vai quebrar sob sua liderança. Ele é guiado por uma firme convicção de que a América deve ser capaz de produzir bens essenciais para o nosso próprio povo e exportá-los para o mundo", disse Leavitt.

"Se a China fizer um acordo, o presidente ficará afável", afirmou.

Leavitt disse que as negociações sobre as tarifas vão priorizar aliados e parceiros. As negociações serão no modelo one-stop (completas), o que significa que a presença militar e ajuda estrangeira serão pontos considerados nas discussões sobre tarifas, disse a porta-voz.

Leavitt afirmou ainda que estão em andamento conversas sobre tarifas com Israel. Em relação ao Irã, a porta-voz disse que as negociações de sábado serão diretas.

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nesta terça-feira, 8, que teve uma "boa conversa" com o presidente interino da Coreia do Sul, Han Duck-soo, por telefone e que negociará um "bom acordo para ambos os países". Em publicação na Truth Social, Trump também insinuou que a China quer um acordo comercial e que "espera uma ligação" das autoridades.

"Temos os fundamentos e a probabilidade de um bom acordo com a Coreia do Sul. O melhor time deles está em um avião em direção aos EUA, e as coisas parecem boas", escreveu o republicano. "Estamos lidando da mesma forma com muitos outros países que querem fazer acordos com os EUA."

Trump afirmou que as negociações incluem outros tópicos além do comércio e das tarifas, que serão negociados junto aos outros assuntos. No caso da Coreia do Sul, "falamos sobre o seu tremendo e insustentável superávit, tarifas, construção naval, compras em larga escala do gás natural liquefeito (GNL) dos EUA, a joint venture sul-coreana no Alasca e pagamentos pela proteção militar que oferecemos", revelou o presidente.

Sobre o apoio militar à Coreia do Sul, o republicano criticou o governo do presidente Joe Biden por encerrar os contratos que previam pagamentos aos EUA por sua ajuda militar.

Em relação à China, Trump disse que um acordo comer-



Leavitt: "países como a China, que tentam redobrar os maus-tratos aos trabalhadores americanos, estão cometendo um erro. O presidente Trump tem uma espinha dorsal de aço e não vai quebrar"

## RESPOSTA

### Canadá anuncia aplicação de tarifas aos veículos importados dos EUA

O Canadá anunciou que inicia na quarta-feira, 9, a aplicação de tarifas sobre veículos importados dos Estados Unidos, em retaliação às medidas "injustificadas" impostas pelo governo norte-americano ao setor automotivo canadense. As novas tarifas entrarão em vigor às 00h01 (horário local), conforme anunciado pelo Departamento de Finanças do país.

Em comunicado, o ministro das Finanças, François-Philippe Champagne, confirmou que as contramedidas incluem "tarifas de 25% sobre veículos totalmente montados nos EUA que

não estejam em conformidade com o Acordo Canadá-EUA-México (USCMA)" e "25% sobre o conteúdo não canadense ou mexicano em veículos que cumprem o USCMA".

As medidas foram anunciadas na semana passada pelo primeiro-ministro Mark Carney, em resposta às "tarifas injustas" dos EUA sobre produtos automotivos canadenses. O governo também destacou que criará um "programa de remissão para fabricantes de automóveis, incenti-

vando produção e investimento no Canadá, além de proteger empregos".

Champagne reforçou que o Canadá "continua a responder com firmeza a todas as tarifas injustas e irracionais impostas pelos EUA" e está "comprometido em removê-las o mais rápido possível". O objetivo, segundo ele, é "proteger os trabalhadores, empresas, economia e indústria canadenses".

Em paralelo, o governo concedeu uma isenção especial aos moradores da Ilha Campobello, em New Brunswick, que ficarão livres das tarifas retaliatórias aplicadas anteriormente a produtos de consumo americanos. A medida reconhece a "situação única" da ilha, que só tem acesso viário permanente pelos EUA.

A ministra das Finanças do Reino Unido, Rachel Reeves, afirmou que a prioridade do governo britânico permanece a tentativa de alcançar um acordo comercial com os Estados Unidos para mitigar as tarifas recíprocas. "Nada está fora da mesa", reiterou, em testemunho na Câmara dos Comuns nesta terça-feira.

Reeves argumentou que elevar tarifas retaliatórias contra outros países "não está no interesse nacional"

e que os esforços estão concentrados em retirar barreiras do comércio, tendo em consideração os possíveis efeitos negativos sobre a inflação e o consumo doméstico. A ministra revelou ainda que conversará novamente com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, em breve.

Segundo ela, o foco do governo britânico está em promover a estabilidade, as reformas e o crescimento da economia do Reino Unido simultaneamente. "Nossas decisões também respeitarão as regras fiscais, elas não são negociáveis", disse.

A ministra também mencionou que está negociando novo acordo comercial com a Índia e que conversa com outros países, incluindo Canadá, Austrália e União Europeia (UE) sobre como responder às tarifas americanas. "A guerra comercial não está no interesse de ninguém", acrescentou.

Sobre as turbulências nos mercados financeiros, Reeves disse que conversou com o presidente do Banco da Inglaterra (BoE), Andrew Bailey. "Ele me disse que os mercados estão funcionando efetivamente", pontuou.

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia (UE), está trabalhando em um plano para responder às tarifas sobre automóveis e recíprocas dos EUA contra o bloco, que pode ficar pronto já na próxima semana, disse o porta-voz, Olof Gill, em coletiva de imprensa.

Segundo Gill, esta será a segunda fase da resposta europeia.



Champagne confirmou que as contramedidas incluem tarifas de 25% sobre veículos

Reprodução YouTube

cial "irá acontecer", em um momento de crescimento das tensões entre ambos os países. "A China também quer um acordo, terrivelmente, mas eles não sabem por onde começar. Estamos esperando por sua ligação", comentou.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmou que o objetivo das tarifas é trazer de volta empregos para o país, além de aumentar a receita.

De acordo com ele, países que não realizaram retaliações terão prioridade nas negociações, nas quais Trump estará pessoalmente envolvido. "Trump está comprometido em corrigir desequilíbrios comerciais", disse o secretário. Para Bessent, a China está cometendo um "grande erro" ao aumentar as tarifas sobre os EUA, e a medida é ruim para os próprios chineses.

O representante de Comércio dos EUA, Jamieson Greer, disse que não será aceita uma situação em que Wall Street tenha permissão para comandar a economia do país. Segundo ele, muitas pessoas estão preocupadas com Wall Street, mas ele está preocupado com "Main Street".

Greer afirmou não confiar em projeções de economistas sobre inflação por conta das tarifas, já que no primeiro mandato do presidente americano, Donald Trump, "não houve inflação". "Os custos das tarifas raramente chegam ao consumidor", defendeu ao minimizar um possível desemprego por conta da política tarifária e dizer que está focado em "negociar com os países".

"Estamos dispostos a discutir como implementar uma proibição às importações de urânio

da China", citou.

As bolsas da Europa encerraram o pregão desta terça-feira, 8, com fortes ganhos, revertendo uma sequência de quatro sessões consecutivas de quedas provocadas pelas crescentes tensões globais em torno das tarifas comerciais. O movimento, segundo especialistas, acompanha a recuperação modesta observada nos mercados asiáticos, alimentada por expectativas de negociação dos EUA com Coreia do Sul e Japão.

Em Londres, o FTSE 100 avançou 2,71%, para 7.910,53 pontos. O DAX, de Frankfurt, subiu 2,36%, encerrando a sessão em 20.255,88 pontos. Em Paris, o CAC 40 teve alta de 2,50%, aos 7.100,42 pontos. Em Madri, o Ibex 35 ganhou 2,53%, enquanto o PSI 20, de Lisboa, avançou 2,80%. Já o FTSE MIB, de Milão, teve alta de 2,44%. As

cotações são preliminares.

Para a Interactive Investor, ainda é cedo para afirmar se o avanço visto nesta terça representa um ponto de virada ou apenas um clássico "salto de gato morto". Apesar do alívio no dia, os investidores seguem atentos à escalada na guerra comercial, após novas ameaças do presidente dos EUA, Donald Trump, de impor tarifas adicionais à China caso o país não suspenda a alíquota de 34% sobre produtos norte-americanos. Pequim, por sua vez, prometeu "lutar até o fim" contra as tarifas e iniciou disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Comissão Europeia deve votar na quarta-feira contramedidas comerciais para entrar em vigor em 15 de abril. Uma segunda fase de resposta deverá ser anunciada na próxima semana. Dirigentes do Banco

Central Europeu (BCE) seguem alertando para a deterioração "massiva" das perspectivas de crescimento global e a mudança de paradigma provocada pela política de Trump.

A Pantheon Macroeconomics reforçou que as tarifas podem empurrar a zona do euro para uma recessão, com expectativa de contração no segundo e terceiro trimestres. O mercado já precisa três cortes de juros pelo BCE neste ano, segundo o Danske Bank.

No Reino Unido, as apostas em afrouxamento monetário também crescem, diante dos impactos da guerra comercial sobre o crescimento e o mercado de trabalho. Nesta terça, o primeiro-ministro Keir Starmer destacou a necessidade do país se preparar para as retaliações e reduzir barreiras comerciais com outros países.

## TARIFAS

# China fala em intimidação dos EUA e diz que lutará até o fim

O Ministério do Comércio chinês disse que a imposição pelos EUA das tarifas recíprocas é infundada

**A** China disse nesta terça-feira, 8, que "lutará até o fim" e tomará contramedidas contra os Estados Unidos para salvaguardar seus próprios interesses, depois que o presidente Donald Trump ameaçou impor uma tarifa adicional de 50% sobre as importações chinesas.

O Ministério do Comércio chinês disse que a imposição pelos EUA das "chamadas tarifas recíprocas" é "completamente infundada e é uma prática típica de intimidação unilateral".

Segunda maior economia do mundo, a China anunciou tarifas retaliatórias e o ministério deu a entender, em sua última declaração, que outras podem estar por vir.

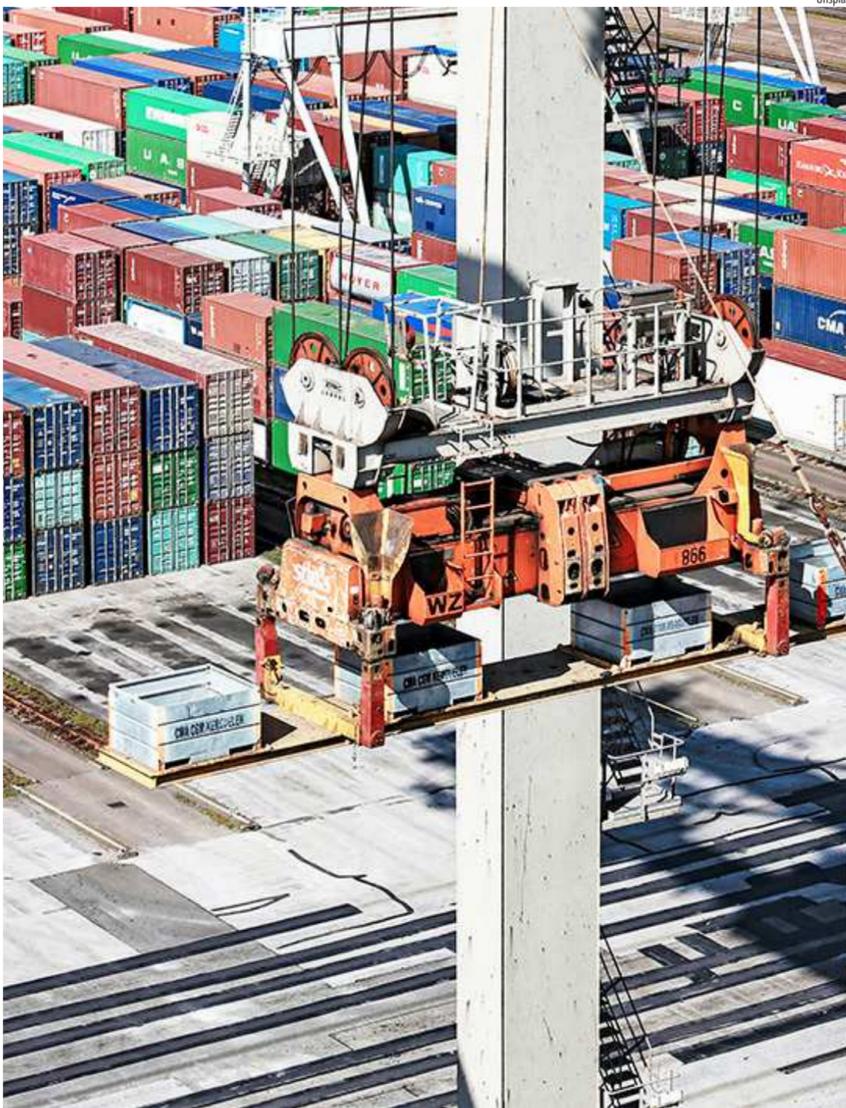
"As contramedidas tomadas pela China têm como objetivo proteger sua soberania, segurança e interesses de desenvolvimento, além de manter a ordem normal do comércio internacional. Elas são completamente legítimas", disse o ministério. "A ameaça dos EUA de aumentar as tarifas sobre a China é um erro em cima de um erro e mais uma vez expõe a natureza chantagista dos EUA. Se os EUA insistirem em seu próprio caminho, a China lutará até o fim", acrescentou.

A ameaça de Trump na segunda-feira (7) de tarifas adicionais sobre a China levantou novas preocupações de que seu esforço para reequilibrar a economia global poderia intensificar uma guerra comercial financeiramente destrutiva. Os mercados de ações de Tóquio a Nova York ficaram mais instáveis com o agravamento da guerra tarifária.

A ameaça de Trump veio depois que a China disse que iria retaliar as tarifas americanas anunciadas por ele na semana passada. "Se a China não retirar seu aumento de 34% acima de seus abusos comerciais de longo prazo até amanhã, 8 de abril de 2025, os Estados Unidos imporão tarifas ADICIONAIS de 50% à China, a partir de 9 de abril", escreveu Trump no Truth Social. "Além disso, todas as negociações com a China referentes às reuniões solicitadas por eles conosco serão encerradas", afirmou.

Se Trump implementar suas novas tarifas sobre os produtos chineses, elas chegarão a um total de 104%. Os novos impostos se somariam às tarifas de 20% anunciadas como punição pelo tráfico de fentanil e às tarifas separadas de 34% anunciadas na semana passada.

Isso não apenas poderia aumentar os preços para os consumidores americanos, mas



Exportações: as contramedidas tomadas pela China têm como objetivo proteger sua soberania e desenvolvimento

também poderia dar à China um incentivo para inundar outros países com produtos mais baratos e buscar relações mais profundas com outros parceiros comerciais, especialmente a União Europeia.

Nas ruas de Pequim, as pessoas disseram achar difícil acompanhar todos os anúncios, mas expressaram sua crença na capacidade de seu país de enfrentar a tempestade. "Trump diz uma coisa hoje e outra amanhã. De qualquer forma, ele só quer benefícios, então pode dizer o que quiser", disse Wu Qi, de 37 anos, que trabalha na construção civil.

Outros foram menos otimistas. Paul Wang, de 30 anos, que vende acessórios de aço inoxidável, incluindo colares, pulseiras e tachas para a Europa, disse que o mercado europeu passou a ser mais importante depois das tarifas extras de 50% impostas pelos EUA e que ele estaria atento para ver quais outras empresas de seu ramo estariam competindo

nesse espaço.

Jessi Huang e Yang Aijia, cujas empresas importam produtos químicos dos EUA, disseram que as tarifas, incluindo a possível retaliação chinesa, poderiam forçá-los a fechar as portas. "Seria muito difícil e muito provável que houvesse uma demissão, talvez até o fechamento", disse Huang. "Talvez eu não consiga encontrar outro emprego se for demitido."

A China ainda tem uma série de opções para retaliar Washington, segundo especialistas, incluindo a suspensão da cooperação no combate ao fentanil, a imposição de cotas mais altas para produtos agrícolas e a perseguição ao comércio de serviços dos EUA na China, tais como finanças e escritórios de advocacia.

O déficit com a China em 2024 no comércio de bens e serviços estava entre US\$ 263 bilhões e US\$ 295 bilhões. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Lin Jian, pare-

ceu não dar muita importância à conversa sobre o diálogo com o governo Trump.

"Não acho que o que os EUA fizeram reflita uma disposição para um diálogo sincero. Se os EUA realmente quiserem se engajar no diálogo, devem adotar uma atitude de igualdade, respeito mútuo e benefício mútuo", disse Lin.

Em Hong Kong, onde as ações subiram ligeiramente nesta terça-feira, o chefe do Executivo John Lee criticou as últimas tarifas dos EUA como "intimidação", dizendo que o "comportamento implacável" prejudicou o comércio global e multilateral e trouxe grandes riscos e incertezas para o mundo.

Lee disse que a cidade vincularia sua economia ao desenvolvimento da China, assinaria mais acordos de livre comércio, atrairia mais empresas e capital estrangeiros para Hong Kong e apoiaria as empresas locais no enfrentamento do impacto das tarifas.

## LIMITE

## China alivia controle, mas yuan atinge menor nível

O Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) definiu a chamada fixação do yuan em 7,2038 em relação ao dólar nesta terça-feira, 8, a primeira vez desde setembro de 2023 que a taxa de referência ultrapassou 7,20. O limite observado de perto é visto como um indicador da atitude de Pequim em relação ao suporte à moeda.

A mudança nas taxas de referência do yuan, juntamente com a ameaça de retaliação de Pequim contra a última salva de tarifas do presidente dos EUA, Donald Trump, desencadeou uma depreciação do yuan nas negociações da manhã. Às 8h30 (de Brasília), o dólar avançava a 7,3386 yuans onshore, também no menor nível desde setembro de 2023, e a 7,3631 yuans no mercado offshore, menor nível desde fevereiro deste ano.

O alívio no controle do yuan reflete os esforços da China para dar suporte aos mercados financeiros, em meio a guerra comercial crescente com os EUA. No entanto, economistas dizem que Pequim ficará relutante em desvalorizar sua moeda significativamente para apoiar a economia, devido aos riscos de ampliar a ira do presidente americano, expulsar mais capital da China e desestabilizar ainda mais o sistema financeiro do país.

Na madrugada desta terça, as autoridades chinesas anunciaram outras medidas para dar suporte aos mercados, incluindo permissão da Administração Reguladora Financeira Nacional (NFRA, em inglês), o principal órgão de fiscalização financeira da China, para que as seguradoras do país invistam mais nos mercados de ações.

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em alta nesta terça-feira, 8, recuperando-se parcialmente dos tombos que sofreram no pregão anterior em meio a preocupações com os efeitos do tarifaço do governo Trump, embora as tensões comerciais persistissem.

Liderando ganhos na Ásia, o índice japonês Nikkei subiu 6,03% em Tóquio, a 33.012,58 pontos, no seu melhor desempenho diário desde 6 de agosto do ano passado, enquanto o Hang Seng avançou 1,51% em Hong Kong, a 20.127,69 pontos, revertendo apenas uma fração da drástica queda de cerca de 13% que sofreu ontem, e o sul-coreano Kospi teve modesta alta de 0,26% em Seul, a 2.334,23 pontos, mas interrompeu uma sequência de quatro sessões negativas.

Na China continental, os mercados também se recuperaram após uma série de estacadas, incluindo as gigantes petrolíferas, PetroChina and Sinopec, revelarem planos de acelerar recompras de ações com o objetivo de restaurar a confiança dos investidores. O Xangai Composto teve alta de 1,58%, a 3.145,55 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto mostrou avanço de 0,81%, a 1.791,83 pontos. Ambos os índices chineses, porém, apagaram somente uma pequena parte das perdas de ontem.

Na contramão, o Taiex sofreu uma nova queda significativa em Taiwan hoje, de 4,02%, a 18.459,95 pontos, pressionado pela Taiwan Semiconductor Manufacturing Corp. (TSMC), maior fabricante de chips do mundo, cuja ação caiu 3,77%.

Ainda que a recuperação técnica tenha prevalecido na maior parte da região asiática, a guerra comercial continua a todo vapor, principalmente entre EUA e China.

O presidente americano, Donald Trump, deu prazo até 13h para a China remover a tarifa de 34% anunciada em retaliação aos 34% que Washington decidiu cobrar da importação de todos os produtos chineses. Se Pequim não recuar, Trump promete aplicar uma tarifa adicional de 50%, cumulativa, elevando a tarifa para 104%, considerando os 20% do início de março. A China, por sua vez, disse que tomará novas "contramedidas resolutas" se o republicano seguir adiante com a ameaça.

Na Oceania, a bolsa australiana também ficou no azul hoje, após três pregões seguidos de perdas. O S&P/ASX 200 avançou 2,27% em Sydney, a 7.510,00 pontos,.

## RECIPROCIDADE

# Brasil começa a exigir visto para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá e Austrália

Os cidadãos com passaporte da Austrália, do Canadá e dos Estados Unidos precisarão de visto para entrar no Brasil a partir desta quinta-feira (10), quando entra em vigor o decreto do poder Executivo que estabelece a exigência.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a decisão do governo brasileiro foi tomada em maio de 2023 em respeito ao princípio da reciprocidade. A medida ocorre porque

nos três países citados não há isenção de vistos aos nacionais brasileiros e "o Brasil não concede isenção unilateral de vistos de visita".

O Itamaraty informou que o governo brasileiro segue negociando acordos de isenção de vistos em bases recíprocas com os países mencionados. Em publicação em uma rede social, o ministro do Turismo, Celso Sabino, reforçou o posicionamento do governo brasileiro.

"Seguimos em tratativas para que os EUA isentem os brasileiros da exigência de visto, permitindo a reciprocidade para os norte-americanos que visitam o Brasil."

Dados do painel de Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), mostram que em 2024, o Brasil recebeu 728.537 turistas dos Estados Unidos, 96.540 vindos do Canadá, e

52.888 turistas da Austrália.

Os viajantes destes países que chegam ao Brasil por via aérea, marítima ou terrestre, devem solicitar o visto online no site eVisa, com taxa de US\$ 80,90, aproximadamente R\$ 479. A estada desses visitantes no Brasil não poderá exceder 90 dias.

O primeiro passo é preencher o formulário de solicitação de visto e anexar os documentos exigidos, como o passaporte.

A solicitação do visto eletrônico deve ser feita com antecedência para evitar interrupções de viagem causadas por atrasos ou conexões perdidas, em caso de falta do visto.

Ao contrário do que estabelece o decreto presidencial, o Senado Federal aprovou, em março deste ano, um projeto de lei que suspende a exigência de vistos para cidadãos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão a partir de 10 de

abril. O texto seguiu para apreciação da Câmara dos Deputados e ainda não teve tramitação.

O projeto de decreto legislativo aprovado no Senado é de autoria do senador da oposição Carlos Portinho (PL-RJ) e foi relatado por outro parlamentar do mesmo partido, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Apesar de constar no projeto do Senado, o Japão não está mais na lista dos países que exigem visto dos cidadãos brasileiros. Em agosto de 2023, os governos do Brasil e do Japão chegaram a um entendimento para a isenção recíproca de vistos de visita para portadores de passaporte comum que viajem por período de até 90 dias. A isenção entrou em vigor em setembro de 2023 e tem validade de três anos.

RESPOSTA

# Governo entrega a Motta a PEC da Segurança Pública

O texto não modifica a atual competência dos estados e municípios na gestão do setor

**A** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública - preparada pelo governo federal - foi entregue na terça-feira (8) pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e pela ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,

Gleisi Hoffmann, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. O texto foi atualizado para a inclusão de sugestões dos governadores

Assim que recebeu o documento em sua residência oficial, Motta disse, via redes sociais, que dará prioridade à matéria na Câmara.

"Segurança pública é um tema que nos une. Há pouco, eu e os líderes da Câmara recebemos a PEC da Segurança Pública pelas mãos do ministro Ricardo Lewandowski e da ministra Gleisi Hoffmann. Daremos total prioridade para a discussão deste texto. Vamos analisar e propor as mudanças necessárias o quanto antes. O Brasil tem pressa para avançar com esta pauta", declarou o presidente da Câmara.

Entre os principais pontos da proposta figura o que poderá dar status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública, criado em 2018 por lei ordinária. Segundo o governo, a ideia é, com as novas medidas, "estabelecer diretrizes para fortalecer o Estado no combate ao crime organizado".

Para tanto, será necessário padronizar protocolos, informações e dados estatísticos - algo difícil de ser feito em um contexto em que, com 27 unidades federativas, tem-se 27 certidões de antecedentes criminais distintas, 27 possibilidades de boletins de ocorrências e 27 formatos de mandados de prisão.

"A padronização de dados e informações é fundamental para que se dê efetividade ao Sistema Único de Segurança Pública", justificou, em nota, o governo fede-



Os ministros Ricardo Lewandowski e Gleisi Hoffmann entregaram a PEC da Segurança Pública ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta

ral ao garantir que essa normatização não significa que a União centralizará os sistemas de tecnologia da informação. Os estados não serão obrigados a usar plataformas distintas das que já são utilizadas", destaca a nota.

Além disso, a proposta atualiza as competências da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). No caso da PF, garante a atuação no combate a crimes ambientais, bem como contra práticas cometidas por organizações criminosas e milícias privadas que tenham repercussão interestadual ou internacional e exijam repressão uniforme.

Atualmente, a função de polícia ostensiva cabe às polícias militares dos estados e do Distrito Federal. "A partir da PEC da Segurança Pública, essa atribuição será estendida também à PRF, que passará a fazer o policiamento ostensivo em rodovias, ferrovias e hidrovias federais. A sugestão é que ela passe a ser chamada de Polícia Viária Federal", explicou o governo.

Para desempenhar suas atribuições, a PRF não exercerá funções próprias das polícias judiciárias, nem fará a apuração de infrações penais, cuja competência é exclusiva da Polícia Federal e das polícias civis.

Segundo o governo, o novo texto não prevê ingerência nos comandos das polícias estaduais; tampouco modificará a atual competência dos estados e municípios na gestão da segurança pública.

No entanto, a União poderá estabelecer diretrizes gerais quanto à política de segurança pública e defesa social, que compreenderá o sistema penitenciário.

A PEC prevê também a constitucionalização dos fundos nacionais de segurança pública e política penitenciária; e define as atribuições das guardas municipais, incluindo-as entre os órgãos de segurança pública que poderão atuar na segurança urbana, em ações de policiamento ostensivo e comunitário, além de fazer prisões em flagrante - desde que não se sobreponham às atribuições das polícias civil e militar.

"O texto deixa claro, ainda, que as guardas municipais são instituições de natureza civil e não podem exercer qualquer atividade de polícia judiciária. Além disso, também está prevista sua submissão ao controle externo do Ministério Público", informou o governo.

Outro ponto previsto pela PEC é a inclusão de representantes da sociedade civil na composição do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que terá também representantes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Por fim, prevê a criação de corregedorias e ouvidorias dotadas de autonomia funcional para apurar a responsabilidade funcional dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Segundo Motta, já é percebida uma convergência entre as lideranças de partidos, no sentido de dar urgência aos debates sobre o tema.

Ele afirmou que todos os partidos presentes na reunião concordaram com a urgência

da Câmara para dar resposta à questão da segurança pública. "Precisamos ser energéticos nessa resposta. Não faltará resposta à sociedade", acrescentou.

O presidente da Câmara fez comparação da situação da segurança com a de um paciente com câncer. "Se o Brasil fosse um paciente, nosso paciente estaria com câncer grave. Seu tratamento não poderá ser com remédios leves. Daremos o remédio preciso para salvar o Brasil", disse o presidente da Câmara ao garantir que "não faltará resposta que a sociedade nos cobra".

"Daremos total prioridade para a discussão deste texto. Vamos analisar e propor as mudanças necessárias o quanto antes, porque o Brasil tem pressa para avançar com esta pauta", completou. Segundo Motta, a Câmara instituirá um grupo de trabalho permanente para discutir a segurança.

Ao deixar a residência da presidência da Câmara dos Deputados, Lewandowski classificou como "extremamente proveitosa" a reunião.

RESTRICÇÕES



Vasques quer assistir julgamento

## Vasques pede ao STF para acompanhar seu julgamento

O ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, pediu autorização ao Supremo Tribunal Federal (STF) para acompanhar o julgamento da denúncia por golpe de Estado apresentada contra ele pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A análise está marcada para os dias 22 e 23 de abril.

No pedido apresentado nesta segunda-feira, 7, a defesa de Silvinei, que cumpre medidas restritivas, pede ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso na Corte, autorização para que ele se desloque de São José (SC) para Brasília.

"Considerando a relevância dos fatos imputados e a magnitude do julgamento que se avizinha, o comparecimento pessoal do requerente revela-se necessário para o pleno exercício de sua defesa, em consonância com os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa", justifica a defesa na petição.

Silvinei faz parte do "núcleo dois" da denúncia, composto por pessoas que, segundo a PGR, ocupavam posições estratégicas para coordenar ações para "sustentar a permanência ilegítima" do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder, em 2022.

Também integram o grupo os ex-assessores da Presidência da República Filipe Martins e Marcelo Câmara; o general Mário Fernandes; o ex-secretário-adjunto da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Fernando de Sousa Oliveira; e a ex-subsecretária da pasta, Marília de Alencar.

Estão reservadas três sessões para a análise da denúncia pela Primeira Turma do STF, às 9h30 e às 14h do dia 22 e às 9h30 do dia 23. Neste primeiro momento, o colegiado da Corte vai decidir se aceita ou não a denúncia.

No caso do acolhimento da denúncia, os acusados se tornam réus e devem responder a uma ação criminal pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

É o que ocorreu com Bolsonaro e sete aliados próximos, integrantes do primeiro núcleo da denúncia, que foi aceita com unanimidade pela Primeira Turma do STF no dia 26 de março. O colegiado é composto pelo relator, Alexandre de Moraes, e pelos ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin, que o preside.

O "fatiamento" da denúncia é uma estratégia da PGR para facilitar a instrução do processo e tornar mais rápido o julgamento. No total, 34 pessoas foram denunciadas por tentativa de golpe de Estado, no dia 18 de fevereiro.

O STF já marcou as datas para analisar a denúncia contra outros dois núcleos de denunciados. O quinto grupo ainda está sob análise do relator, o ministro Alexandre de Moraes.

Julgamento dos núcleos denunciados pela PGR por golpe de Estado: Núcleo 1: denúncia aceita em 26 de março; Núcleo 2: julgamento marcado para os dias 22 e 23 de abril; Núcleo 3: julgamento marcado para os dias 20 e 21 de maio e Núcleo 4: julgamento marcado para os dias 6 e 7 de maio.

ELEIÇÃO

## Zema será candidato em cenário sem Bolsonaro

O presidente do partido Novo, Eduardo Ribeiro, disse que o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, será candidato à Presidência nas eleições de 2026 em um cenário em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não consiga reverter a ilegibilidade. Viabilizar a pré-candidatura de Zema está entre as prioridades da sigla.

A declaração foi dada em entrevista ao Poder 360 que teve trecho divulgado nesta terça-feira, 8. Ribeiro afirmou que ter Zema em uma chapa da direita em 2026 ajudaria a definir o voto em Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral do País. Em 2022, ele foi reeleito no primeiro turno.

O presidente do Novo considera que o pleito de 2026 terá um cenário "difícil". "Eu tenho defendido, dentro do partido e fora do partido, que para vencer o PT, acredito que vai ser uma eleição difícil, apesar da baixa aprovação do Lula nesse momento. Se eventualmente o Bolsonaro conseguir recuperar os seus direitos políticos, eu defendo uma frente ampla com o nome dele", afirmou, acrescentando que o atual governo é "moribundo, que as pessoas estão esperando acabar".

Romeu Zema tem se posicionado no ataque ao governo do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao contrário do governador paulista Tarcísio de Freitas (Republicanos), por exemplo, que adota um tom cordial ao encontrar Lula, Zema e o presidente já trocaram farpas em mais de uma ocasião, sobre decisões econômicas do governo federal e o pagamento da dívida do estado de Minas Gerais com a União.

Na segunda-feira, 7, Zema anunciou que o estado pagou mais uma parcela da dívida, avaliada em mais de R\$ 170 bilhões. "Já tá na conta da União: R\$ 396,65 milhões de mais uma parcela da dívida de quase 30 anos que nós mineiros temos que pagar", disse.

O Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que já foi criticado por Zema, busca renegociar mais de R\$ 760 bilhões em dívidas das unidades federativas com a União, com pagamento em até 30 anos. Aproximadamente 90% do valor corresponde aos débitos de quatro Estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Também na segunda-feira, Lula esteve em Montes Claros (MG) para a inauguração da nova fábrica da empresa Novo Nordisk. O governador não compareceu à agenda.

PAVIMENTAÇÃO

## PGR denuncia ministro ao STF por desvio de emendas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia contra o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, por supostos desvios em emendas parlamentares quando ele era deputado federal.

A acusação formal foi apresentada na semana passada ao ministro Flávio Dino, relator das investigações sobre o caso no Supremo. O processo corre sob sigilo.

A denúncia tem relação com as suspeitas de uso indevido de recursos públicos para a pavimentação de estradas que dão acesso a propriedades da família de Juscelino Filho na cidade de Vitorino Freire (MA). A irmã do ministro, Luanna Rezende, é a prefeita do município.

Em junho do ano passado, a Polícia Federal (PF) indiciou o ministro pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

As investigações tiveram como ponto de partida relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) e chegou ao que seria uma empresa de fachada, contratada para obras de pavimentação pela Companhia de

Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Após a PGR enviar a denúncia, o ministro Flávio Dino deve enviar o caso para a Primeira Turma, para que seja decidido se a acusação merece se tornar uma ação penal, o que tornaria Juscelino Filho réu no Supremo.

Se uma ação penal for aberta, tem início uma nova fase de instrução processual, com a oitiva de testemunhas e a possível produção de novas provas. Não há prazo definido para o julgamento final do caso, em que Juscelino Filho poderá ser condenado ou absolvido.

"O ministro reafirma sua total inocência e destaca que o oferecimento de uma denúncia não implica em culpa, nem pode servir de instrumento para o MP pautar o país. O julgamento cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF), em quem Juscelino Filho confia que rejeitará a peça acusatória diante da sua manifesta ausência de provas", disse, em nota, a defesa de Juscelino Filho.

Assinado pelos advogados Ticiano Figueiredo, Pedro Ivo Velloso e Francisco Agosti, o

## COMBATE

# Governo anuncia 80 cidades para ação de controle contra a dengue

A estimativa do ministério é que 68 milhões de pessoas vivam nesses 80 municípios, selecionados por registrarem alta transmissão de casos de dengue - mais de 50 casos por 100 mil habitantes

O Ministério da Saúde anunciou nesta terça-feira (8) uma lista de 80 municípios classificados como prioritários para ações de controle da dengue. Desses, 16 ainda não haviam sido incluídos na estratégia de vacinação contra a doença e devem passar a receber as doses.

Segundo a pasta, o estado de São Paulo concentra 55 municípios que integram a lista, seguido pelo Paraná, com 14 municípios, pela Bahia e pelo Pará, com três municípios cada, por Goiás e pelo Acre, com dois municípios cada, e pelo Rio Grande do Norte, com um município.

A estimativa do ministério é que cerca de 68 milhões de pessoas vivam nesses 80 municípios, selecionados por registrarem alta transmissão de casos de dengue - mais de 50 casos por 100 mil habitantes - ou casos da doença em ascensão.

Todos os municípios da lista, segundo a pasta, registram ainda uma população de mais de 80 mil habitantes e, portanto, maior possibilidade de sobrecarga assistencial em caso de surtos de dengue.

De acordo com a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Mariângela Simão, a proposta é reduzir os casos graves e os óbitos por dengue. A pasta planeja, por exemplo, mobilizar a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) no intuito de reorganizar a rede assistencial dos municípios selecionados.

Segundo ela, o ministério está preparado para ofertar até 150 centros de hidratação com até 100 leitos cada nos municípios que integram a lista, com um investimento de até R\$ 300



O Ministro da Saúde Alexandre Padilha durante anúncio da lista de 80 municípios classificados como prioritários para ações de controle da dengue

milhões.

"A hidratação, no caso da dengue, é a diferença entre a vida e a morte", ressaltou a secretária.

Mariângela destacou que a pasta pretende realizar ainda, em parceria com estados e municípios selecionados, uma busca ativa de não vacinados e de pessoas que não completaram o esquema vacinal contra a dengue e que seguem com a segunda dose pendente.

O ministério também se comprometeu a monitorar os estoques da vacina contra a dengue nos municípios classificados como prioritários e

garantir o abastecimento de todas as 80 cidades que integram a lista.

"Reforçamos a orientação para não haver perda de vacina", destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, se referindo às datas de vencimento das doses, não descartando um planejamento de ampliação da faixa etária, a depender da situação epidemiológica de cada município.

"Quero reforçar a importância de se ter duas doses. Uma dose só não dá cobertura. Tem vacina suficiente para os municípios completarem duas doses por pessoa", disse.

Dos cerca de 850 mil casos prováveis de dengue notificados no Brasil ao longo dos três primeiros meses de 2025, 73% se concentram nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (8) pelo Ministério da Saúde.

Os três estados respondem ainda por 86% de todos os óbitos por dengue no país, sendo que São Paulo concentra 305 de um total de 430 mortes confirmadas no período.

"O que tem nos preocupado? Os óbitos", destacou a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Mariân-

gela Simão, durante coletiva de imprensa.

Segundo ela, a letalidade por dengue no estado de São Paulo, neste momento, é maior do que a média nacional. "Todo óbito por dengue, em princípio, é uma morte evitável", completou.

Mariângela ressaltou ainda a circulação do sorotipo 3 da dengue no país tipo do vírus que não circulava no Brasil há mais de 15 anos e, por isso, encontra menos pessoas imunes ao contágio. Neste momento, 22% dos casos de dengue registrados no Brasil são do sorotipo 3.

Dados da pasta indicam também que 72% dos casos de dengue registrados no estado de São Paulo são do sorotipo 3. "Temos mais gente suscetível a ele", explicou a secretária.

Ainda segundo Mariângela, o estado de São Paulo identificou ainda a circulação do sorotipo 4 da dengue - ao todo, quatro casos foram notificados, sendo três confirmados para o sorotipo.

De acordo com o ministério, o sorotipo 2 segue respondendo pela maioria dos casos de dengue identificados no país, com índice de 72%.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lembrou que os meses de abril e maio, tradicionalmente, respondem como o período de maior registro de casos e, consequentemente, de óbitos por dengue - sobretudo na Região Sudeste.

Segundo ele, a proposta de apresentar o balanço de três meses da dengue no país contribui, inclusive, para preparar a pasta para o que ainda está por vir nesse período. "É um corte importante", avaliou.

"Está claro para todos nós: temos uma redução expressiva no número de casos em 2025, quando comparados com 2024. Não é pouca coisa reduzir 75%", disse Padilha, ao citar 2,3 milhões de casos a menos que os três primeiros meses do ano passado.

"Temos uma concentração desses casos em um estado", destacou. "Queremos e vamos reforçar ações para apoiar estados onde há uma concentração, neste momento, do número de casos", completou o ministro.

Pacientes com dengue devem seguir a orientação e acompanhamento dos serviços de saúde, buscando repouso e hidratação com a ingestão de líquidos.

## CAPACITAÇÃO

# BB vai disponibilizar R\$ 120 milhões para os projetos culturais do CCBB

O Banco do Brasil ampliou em 20% os recursos destinados aos projetos culturais que vão compor a programação de seus cinco centros culturais (CCBB). Com isso, o total destinado à iniciativa será de R\$ 120 milhões para o biênio 2026-2027.

O edital de patrocínio, lançado nesta terça-feira (8), traz algumas novidades. Uma delas é a inclusão de Salvador, ao lado de Rio de Janeiro, de São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, entre as unidades do CCBB.

Outra novidade é a oferta de cursos presenciais de capacitação para ajudar os produtores culturais a prepararem projetos em melhores condições de aprovação.

A iniciativa conta com a parceria do Ministério da Cultura. "Será um importante lançamento, pela dimensão de acolhimento de produtores da cultura nacional. Por meio desse projeto, o BB ajudará artistas de todas as regiões do país, potencializando a economia criativa tão característica dos

brasileiros", disse a ministra Margareth Menezes.

Segundo ela, o edital será "um novo momento de nacionalização da Lei Rouanet, para chegar a regiões que ainda não tiveram oportunidades".

De acordo com a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, a seleção buscará "os fazedores de boa arte pelo Brasil inteiro e de forma cada vez mais democrática. A ideia é abrir o CCBB para iniciativas que proporcionem experiências significativas ao público", afirmou Tarciana, enfatizando que o foco do programa são produtores, artistas e acessos culturais.

As inscrições para o edital são gratuitas e podem ser feitas no site do BB, tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas. Os projetos podem incluir áreas como exposição, artes cênicas, música, cinema e educação, que possam ser realizados em uma ou mais unidades do CCBB.

O Programa Banco do Brasil de Patrocínios tem por obje-



Margareth Menezes e Tarciana Medeiros: "o edital será um novo momento de nacionalização da Lei Rouanet"

tivo selecionar projetos que reforcem o valor da marca e deem a oportunidade de apresentar os produtos, serviços e

soluções da instituição para públicos de interesse.

O prazo para envio de propostas será até 26 de maio e

a divulgação do resultado, no último trimestre de 2025.

Segundo Tarciana Medeiros, a análise dos projetos

ficará a cargo de uma "equipe de curadoria extremamente capacitada", que inclui uma comissão interna e parceiros externos, tendo como critérios a relevância conceitual e temática, aderência às áreas e segmentos que o BB apoia, viabilidade financeira e técnica, além de acessibilidade para os diversos públicos.

Para tornar o programa do CCBB ainda mais democrático, estão previstas, pela primeira vez, a capacitação e a formação de produtores. "Nas edições anteriores, percebemos muitas iniciativas de qualidade que não avançaram porque as pessoas tinham dificuldade, principalmente com a escrita, no sentido de apresentar de forma adequada o projeto", acrescentou a presidente do BB.

Segundo ela, um bom projeto precisa ter "início, meio e fim, apresentando entregas e objetivos, explicando qual é a mensagem passada por ele, quantas pessoas vão trabalhar e o que será feito", acrescentou ao destacar o interesse dos organizadores por "mensagens que exaltem a diversidade da cultura brasileira".

Os cursos de capacitação serão presenciais e terão duração de um dia. Nele, serão apresentadas as unidades do CCBB, o edital de patrocínio, o processo de inscrição, os benefícios da Lei Rouanet, entre outros temas.











SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.

CNPJ 28.672.087/0001-62 - NIRE: 33220748171-4

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 - Em milhares de reais

Relatório da Administração: Senhores Quotistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Table with 10 columns: Balanço Patrimonial, Canalização 31/12/2024, Canalização 31/12/2023, Consolidado 31/12/2024, Consolidado 31/12/2023. Rows include Ativo Circulante, Não Circulante, Passivo Circulante, Não Circulante, and Total do ativo.

Table with 6 columns: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Variações de ativos e passivos, Receita líquida das vendas, Despesas operacionais, Lucro líquido do exercício, etc.

Table with 10 columns: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Rows include Em 01 de Janeiro de 2023, Em 31 de Dezembro de 2023, and Em 31 de Dezembro de 2024.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023. 1. Contexto operacional: A Saint-Gobain Canalização Ltda. ("Empresa" ou "Canalização") e sua controlada (conjuntamente, "Grupo") têm por atividade preponderante a industrialização e a comercialização de tubos, válvulas e conexões para saneamento, tratamento e transporte de fluidos...































SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CARTA HOMOLOGATÓRIA ELETRÔNICA Nº 11/2025/CGRAJ/DIORE/SUSEP

Ao Senhor  
RAFAEL GRAÇA DO AMARAL  
Diretor de relações com a Susep de  
CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

Assunto: **Aprovação prévia de ato societário**  
**Processos Susep nº 15414.636628/2024-39**

Senhor Diretor,

Refiro-me ao procedimento destacado acima, protocolado em 7 de agosto de 2024 e complementado em 18 de novembro de 2024, por meio do qual a supervisionada solicita aprovação prévia para reduzir o capital social em R\$ 82.969.172,00 em moeda corrente nacional.

A propósito do assunto, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 4º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e com base na subdelegação de competência estabelecida na Portaria Susep nº 8.186, de 21 de julho de 2023, comunico o deferimento do pleito, devendo ser efetivada a operação no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento desta correspondência, e instruído o correspondente processo administrativo, no prazo e forma descritos na Circular Susep nº 700, de 4 de abril de 2024.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA PONTES DE MIRANDA BOMFIM (MATRÍCULA 1818274)**, **Coordenador-Geral Substituto**, em 17/01/2025, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com o art. 6º do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.susep.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2249713** e o código CRC **513D7957**.

Av. Presidente Vargas, 730, Andares: 9,10 e 13 - Bairro Centro

CEP 20071-900 Rio de Janeiro/RJ - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

Referência: Processo nº 15414.636628/2024-39

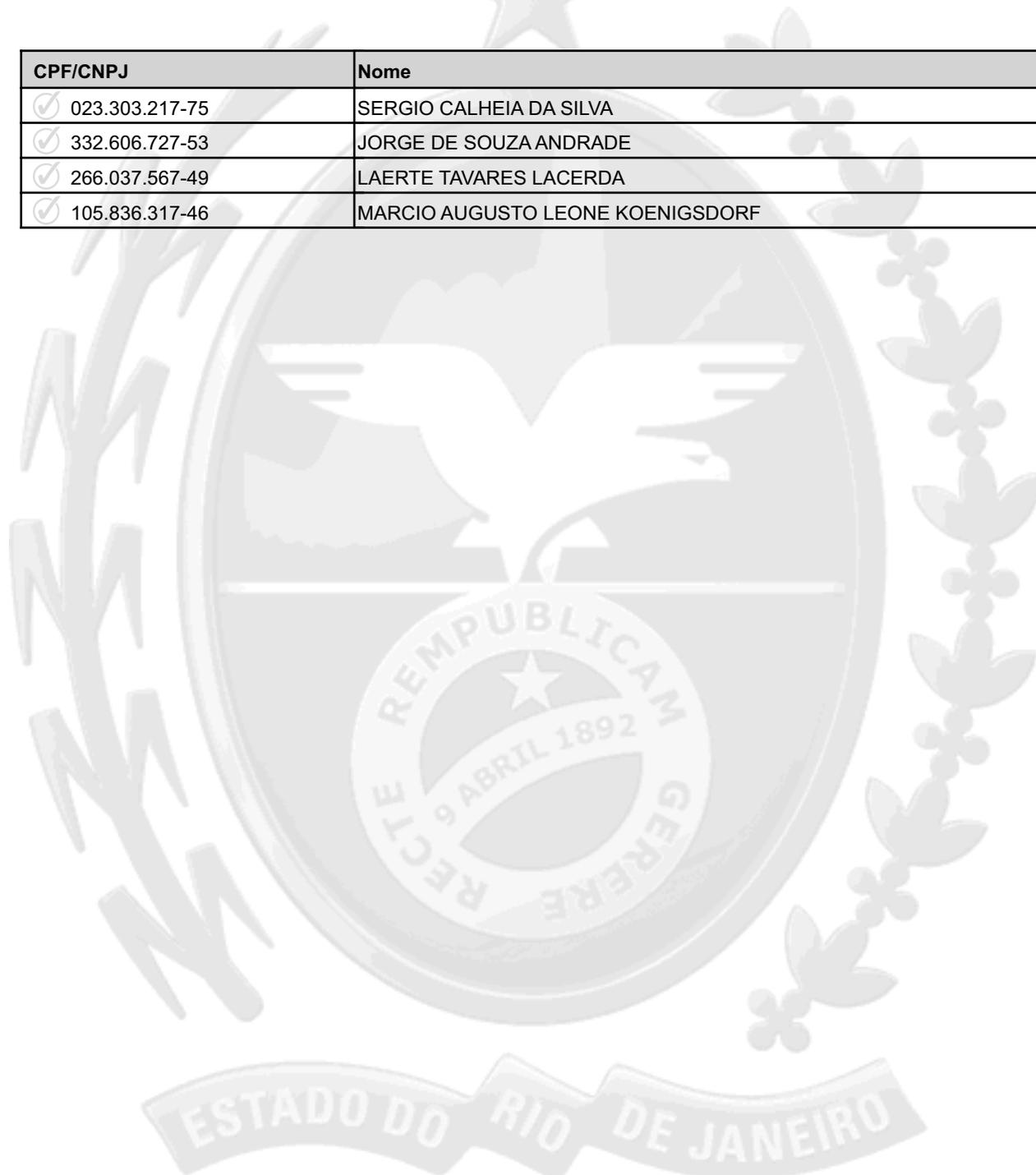
SEI nº 2249713



## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A, NIRE 33.3.0027996-2, PROTOCOLO 2025/00928056-7, ARQUIVADO EM 23/09/2025, SOB O NÚMERO (S) 00007215595, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
✓ 023.303.217-75	SERGIO CALHEIA DA SILVA
✓ 332.606.727-53	JORGE DE SOUZA ANDRADE
✓ 266.037.567-49	LAERTE TAVARES LACERDA
✓ 105.836.317-46	MARCIO AUGUSTO LEONE KOENIGSDORF



23 de setembro de 2025.

**Gabriel Oliveira de Souza Voi**  
Secretário Geral

1/1

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A  
NIRE: 333.0027996-2 Protocolo: 2025/00928056-7 Data do protocolo: 22/09/2025  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/09/2025 SOB O NÚMERO 00007215595 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41A4EC5B57A1728D3F730B0B961A495556F41344BBE4629FBDB7B24EBC08944F

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

